

**ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS**

**DIREITO LABORAL**

**EXAME PARA CONTABILISTACERTIFICADO – 28/06/2013**

**NOME:**

**Doc. Identificação**

**I**

**Escolha a resposta correcta entre as opções apresentadas sinalizando-a de forma visível**

1. Qual é a diferença entre o contrato de trabalho e o contrato de prestação de serviços?
  - a) Não existe diferenças entre eles porque ambos traduzem a realização de uma actividade manual ou intelectual;
  - b) No Contrato de trabalho existem a subordinação jurídica, a retribuição e a actuação sob a autoridade e direcção da entidade patronal coisa que não existe na prestação de serviços;
  - c) No Contrato de prestação de serviço existem a subordinação jurídica, a retribuição e a actuação sob a autoridade e direcção da entidade patronal coisa que não existe no contrato de trabalho;
2. A forma do contrato de trabalho é:
  - a) Escrito particular;
  - b) Escritura Pública;
  - c) Livremente escolhido pelas partes, podendo não observar forma alguma;
3. O Direito Laboral é um ramo do:
  - a) Direito Privado;
  - b) Direito Público;
  - c) Direito Civil Comum;
  - d) Direito Civil especial;
4. O Contrato de Trabalho deve ser considerado como:
  - a) um acordo vinculativo de vontades
  - b) uma imposição do empregador.
  - c) uma ordem emanada da entidade empregadora.
5. O contrato de trabalho é um contrato de mandato.
  - a) Sim, porque o mandato tem por objecto a pratica de actos jurídicos
  - b) Não, porque no contrato de trabalho existe a subordinação jurídica.
  - c) Sim, pois são semelhantes sendo que ambos consistem na pratica de actos materiais.
6. O trabalhador é um funcionário.
  - a) Público ou Privado porque o regime da função publica e do sector privado é o mesmo.
  - b) Privado;
  - c) Público ou privado conforme a sua ligação ao sector público ou privado respectivamente.
7. A retribuição
  - a) É uma contrapartida em dinheiro ou em dinheiro e espécie pelo trabalho prestado;.
  - b) É o preço do trabalho prestado;
  - c) É uma prestação pecuniária, sempre em dinheiro destinadas a necessidades pessoal do trabalhador.
8. A entidade patronal tem como principal obrigação:
  - a) Fornecer ajuda espiritual ao trabalhador,
  - b) Respeitar a crença religiosa do trabalhador;

- c) Pagar uma retribuição ao trabalhador;
  - d) Respeitar a filiação política do trabalhador;
9. O Incumprimento do contrato de Trabalho por parte da entidade patronal leva é causa de:
- a) Caducidade.
  - b) Denúncia.
  - c) Resolução
10. O direito a férias é um direito:
- a) Da entidade patronal.
  - b) Do trabalhador.
  - c) De ambos.
11. Os trabalhadores estrangeiros, não residentes em Cabo Verde podem legalmente trabalhar:
- a) Sem contrato de trabalho;
  - b) Com contrato de trabalho;
  - c) Com contrato de trabalho, com o respectivo visto da Direcção Geral do Trabalho;
12. O trabalhador cabo-verdiano que tenha pelo menos um ano de trabalho, tem direito a:
- a) 20 dias úteis de férias;
  - b) 25 dias úteis de férias;
  - c) 30 dias úteis de férias;
  - d) 22 dias úteis de férias;
13. O contrato de trabalho pode ser:
- a) A termo ou sem termo;
  - b) Por tempo determinado ou termo incerto;
  - c) Por termo certo ou a prazo
14. A idade mínima para que as pessoas sejam legalmente admitidas a trabalhar é a seguinte:
- a) 14 anos;
  - b) 15 anos;
  - c) 16 anos;
  - d) 18 anos;
15. Os créditos resultantes da violação ou da cessão do contrato de trabalho a favor da entidade patronal caduca no prazo de:
- a) 2 anos a contar do seu conhecimento;
  - b) 3 anos a contar do conhecimento;
  - c) 4 anos a contar do conhecimento;
  - d) 2 anos a contar da constituição do crédito;
16. Os créditos resultantes da violação ou da cessão do contrato de trabalho a favor do trabalhador caduca no prazo de:
- a) 2 anos a contar da cessação do contrato;
  - b) 4 anos a contar da cessação do contrato;
  - c) 5 anos a contar da cessação do contrato;
  - d) 3 anos a contar da cessação do contrato;
17. Os créditos resultantes da cessão do contrato de trabalho por despedimento sem justa causa a favor do trabalhador caduca no prazo de:
- a) 1 ano a contar do despedimento;
  - b) 2 anos a contar do despedimento;
  - c) 3 anos a contar do despedimento;
18. O direito à greve é um direito atribuído aos trabalhadores, sendo um direito:
- a) Absoluto e condicional;
  - b) Relativo e condicional;
  - c) Fundamental dos trabalhadores não podendo ser limitado pela entidade patronal;

19. O sindicato é:
- Uma associação sindical regional;
  - Uma associação permanente de trabalhadores para defender os seus interesses profissionais;
  - Conjunto de trabalhadores de uma empresa;
20. A greve deve ser marcada com uma antecedência mínima de:
- 10 dias;
  - 7 dias;
  - 5 dias;
  - 3 dias;
21. O período normal de trabalho tem um limite máximo de:
- 7 horas diárias e 40 horas semanais;
  - 8 horas diárias e 40 horas semanais;
  - 7 horas diárias e 44 horas semanais;
  - 8 horas diárias e 44 horas semanais;
22. São consideradas justificadas:
- Até 5 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
  - Até 7 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
  - Até 3 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
  - Até 10 faltas consecutivas por ocasião do casamento do trabalhador;
23. A relação jurídico-laboral extingue-se por vontade da entidade patronal pelas seguintes formas:
- Despedimento colectivo e despedimento individual por justa causa;
  - Por caducidade e despedimento colectivo;
  - Por acordo ou revogação e por Rescisão pelo trabalhador;
24. A relação jurídico-laboral extingue-se por vontade do trabalhador pela seguinte forma:
- Despedimento individual por justa causa;
  - Por caducidade e despedimento colectivo;
  - Por acordo ou revogação e por Rescisão pelo trabalhador;
  - Por rescisão ;
25. Um trabalhador despedido sem justa causa, tem direito a:
- Ser reintegrado, no seu posto de trabalho e à retribuição referente ao período entre o despedimento e a reintegração e uma compensação no valor de dois meses de retribuição por cada ano de trabalho;
  - Dois meses de retribuição por cada ano de trabalho;
  - A uma indemnização no valor de um mês de salário por cada ano;
  - A ser reintegrado e à retribuição referente ao período entre o despedimento e a reintegração e em alternativa à não reintegração a uma compensação no valor de dois meses de retribuição por cada ano de trabalho;
26. O contrato de trabalho celebrado com quem não reside ou não se encontra legalmente em Cabo Verde é:
- Válido;
  - Anulável;
  - Nulo;
  - Ineficaz;
27. A caducidade do contrato por efeito do prazo inicial ou prorrogado, confere ao trabalhador o direito a uma compensação no valor de:
- 15 dias de retribuição por cada ano de trabalho;
  - 21 dias de retribuição por cada ano de trabalho;
  - 7 dias de retribuição por cada ano de trabalho;

28. A sanção disciplinar aplicável ao trabalhador que tem a menor gravidade é a suspensão do trabalhador com a perda de retribuição de 60 dias:

- a) Verdadeiro;
- b) Falso, pois existem outras sanções como a multa e o despedimento;
- c) Falso, porque temos ainda a admoestação escrita e a multa agravada até 6 dias do montante da retribuição;

29. O processo disciplinar deve, desde a sua instauração e comunicação ao trabalhador até ao despacho de arquivamento ou de punição ser concluído no prazo de:

- a) 60 dias;
- b) 90 dias;
- c) 120 dias;
- d) 45 dias;

30. Se a entidade patronal despedir um trabalhador por motivos políticos será punido com coima:

- a) Até 1 ano de retribuição que competia ao trabalhador;
- b) Até 2 anos de retribuição que competia ao trabalhador;
- c) Até 3 anos de retribuição que competia ao trabalhador;

## II

Analise os seguintes casos, e dê a sua opinião fundamentada em não mais de uma página para cada um delas.

1. António celebrou com o Nelson um contrato através do qual este prestava o seu trabalho manual ao António como padeiro, sob a sua orientação e direcção, mediante uma retribuição no valor de 60.000\$00 mensal durante 2 anos.

Nelson tinha um horário de trabalho de segunda a domingo das 8h00 às 18h00 com dois intervalos de 30 minutos cada.

Nelson trabalhou durante os feriados do Natal e Ano Novo durante os dois anos. No final do tempo acordado o António não lhe renovou o contrato de trabalho.

2. Sara, funcionária do Banco ABC, após ter trabalhado durante 10 anos no banco, onde auferia um salário no valor de 100.000\$00, foi mandada embora para casa como fundamento de que estava despedida por ter faltado 3 dias seguidos ao trabalho, faltas essas que foram dadas por causa do falecimento Rui, que era o Pai do Artur do marido da Sara.